

PERCEPÇÃO DOS PAIS DE CRIANÇAS COM TEA SOBRE O PROCESSO DE INCLUSÃO EM ESCOLAS REGULARES

SIQUEIRA, Wendinéia Guedes de ¹; TOLEDO, Cristina ²

¹ Graduação em Pedagogia - UNIFAGOC

² Docente Pedagogia - UNIFAGOC



wendyguedess@gmail.com
cristina.toledo@unifagoc.edu.br

RESUMO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma alteração do desenvolvimento que se traduz em dificuldades na comunicação e nas interações sociais. O diagnóstico precoce é essencial para coeçar a intervenção com a criança. O presente trabalho teve como objetivo analisar a percepção dos pais de filhos diagnosticados com TEA em relação à inclusão nas escolas regulares. Para tanto, realizou-se uma entrevista semiestruturada com abordagem qualitativa. Conclui-se com os resultados colhidos que, sob as escolas encontram-se despreparadas para receber as crianças com autismo, muitas das vezes os professores não estão preparados para receber essas crianças, considerando também o despreparo das escolas e a falta de conhecimento sobre o transtorno da parte dos pais e das crianças em geral.

Palavras-chave: Inclusão. Transtorno do Espectro Autista. Família.

INTRODUÇÃO

O autismo é o transtorno do neurodesenvolvimento que se manifesta nos primeiros três anos de vida. Atualmente, o termo utilizado é Transtorno do Espectro Autista (TEA), que engloba todas as variabilidades de características desse transtorno. O termo "autismo" foi mencionado pela primeira vez em 1911, por Eugen Bleuler, um psiquiatra suíço que usou para descrever sintomas de crianças que tinham características parecidas com as da esquizofrenia. A palavra "autismo" vem do grego autos, que quer dizer "eu" (DORIA; MARINHO; PEREIRA FILHO, 2006).

Em 1943, Leo Kanner, um psiquiatra austríaco, diretor de um hospital infantil nos Estados Unidos, baseou-se na observação de onze crianças que tinham comportamentos em comum para escrever sua obra "Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo". Na sua observação, pôde constatar que os sintomas apresentados pelas crianças eram isolamento extremo desde o início da vida e comportamento rotineiro. Esses comportamentos aparecem na primeira infância, por isso usou o termo "Autismo Infantil" (MARI, 2014).

Até nos dias de hoje, o autismo causa uma certa confusão na hora do seu diagnóstico. Dentre as diversas dificuldades encontradas na pessoa com autismo, destacam-se: a interação social, que podem manifestar-se como isolamento ou comportamento social impróprio; a dificuldade no contato visual; a rejeição em participar de atividades em grupo; a demonstração inapropriada de afeto; as limitações de empatia social e

emocional. Em se tratando de comunicação, elas acontecem em graus variados, tanto na comunicação verbal quanto na não verbal. Algumas crianças não desenvolvem a capacidade de comunicação verbal, outras podem desenvolver uma linguagem imatura, caracterizando-se pela troca de pronomes, pela presença de ecolalias (tendência a repetir automaticamente sons ou palavras ouvidas; mania de aconsoantar palavras), etc. (GADIA; ROTTA; TUCHMAN, 2004).

O diagnóstico do TEA em uma criança envolve toda a família, que poderá apresentar confusões e dúvidas a respeito do transtorno. No momento do diagnóstico é preciso, primeiramente a aceitação para um tratamento com resultados positivos. A troca de experiência entre os pais e as conversas com profissionais da área e familiares são de grande importância para o bem-estar da família e o sucesso no tratamento (SCHMIDT; BOSA, 2003).

Outro ponto importante é a relação entre a família e a escola, visto que, nos últimos anos, o número de crianças diagnosticadas com TEA tem aumentado de forma proporcional. Para que a inclusão ocorra, torna-se necessário um bom vínculo com a família, assim como o respeito às diferenças culturais, coletivas e individuais, uma vez que inclusão escolar não é somente oferecer à criança um espaço físico, mas o crescimento social e a aprendizagem que as levem a superar suas próprias limitações (CAMARGO; BOSA, 2009).

Diante dessas afirmativas, questiona-se: como os pais percebem a inclusão de seus filhos com TEA nas escolas regulares?

O presente trabalho tem como objetivo analisar a percepção dos pais de filhos diagnosticados com TEA em relação à inclusão nas escolas regulares. Como objetivos específicos, pontua-se: a compreensão e a percepção dos pais sobre a inclusão das crianças com TEA nas escolas regulares; a análise das dificuldades apontadas pelos pais para que a inclusão dessas crianças seja efetiva; a verificação da relação entre família e escola.

Sendo assim, este trabalho poderá contribuir com melhorias na inclusão escolar a partir de uma relação mais funcional entre a família e a escola.

Levando-se em consideração a relação entre família e escola e as respectivas barreiras levantadas pelos pais, como estes percebem a inclusão de seus filhos com TEA nas escolas regulares?

REFERENCIAL TEÓRICO

O Transtorno do Espectro Autista

O autismo é um transtorno do neurodesenvolvimento que se caracteriza por alterações na comunicação social e interação e pela presença de comportamentos repetitivos e estereotipados e interesses restritivos. Atualmente, fala-se em Transtorno

do Espectro Autista (TEA), que afeta a vida das pessoas de diferentes maneiras. Algumas pessoas com TEA têm condições de ter uma vida mais independente, enquanto outras terão que ter um apoio durante toda vida, isso porque trata-se de uma forma mais severa do espectro autista (HOJATI, 2014).

O psiquiatra Leo Kanner foi quem descreveu o autismo clássico pela primeira vez, em 1943. Neste período foram dados os primeiros passos para definitivamente estabelecer uma especialidade na neurologia. Seu trabalho original, *Autistic Disturbances of Affective Contact*, em conjunto com trabalhos de Hans Asperger, tornou-se a base dos estudos modernos sobre o autismo (STELZER, 2010).

Segundo Brites (2016), os médicos observam o autismo com maior complexidade, com etiologias múltiplas abarcadas de graus variáveis. O Transtorno do Espectro Autista (TEA) atualmente é classificado em três graus: leve, moderado e severo.

Segundo Fombonne, Benett e Heywood (2006), o crescimento do diagnóstico de crianças com autismo tem sido significativo, de forma que os profissionais da educação, saúde e áreas afins, especialistas na área, busquem cada vez mais se aprimorar e capacitar para lidar com casos de autismo ao longo de sua carreira profissional, uma vez que, para se ter esse diagnóstico, precisa-se basear-se em uma lista de critérios comportamentais. Especialistas na área recomendam que o diagnóstico seja estabelecido com base no Manual de Diagnóstico dos Transtornos Mentais (DCM-V), publicado pela Associação Psiquiátrica Americana, que é usado para definir como fazer o diagnóstico dos transtornos (SILVA; MULLICK, 2009).

Para Silva e Mullick (2009), são diversas as características do TEA, cujo diagnóstico não é tão simples, apesar de o DSM-V fornecer os critérios básicos. Existe uma grande diversidade de sintomas autísticos, assim como uma grande variedade de termos, quando os diferentes sintomas começam a se manifestar diante do perfil no desenvolvimento de cada criança e das comorbidades (existência de duas ou mais doenças em simultâneo na mesma pessoa) que se apresentam em diferentes casos. Os profissionais envolvidos no diagnóstico do TEA devem estar atentos, ser capazes de obter informações necessárias de forma cuidadosa e ser criteriosos na interpretação dos resultados, de forma a determinar se os sintomas apresentados pela criança estão de acordo com os critérios determinantes do autismo.

O TEA não tem cura, portanto é importante buscar o tratamento específico para cada indivíduo, pois algumas intervenções podem ser mais eficazes para uns e menos para outros, pelo fato de os indivíduos apresentarem níveis de desenvolvimento diferentes uns dos outros (SANTOS, 2008).

De acordo com Bosa (2002), não existe um único diagnóstico para o TEA, pois trata-se de uma síndrome comportamental com conceitos múltiplos que afeta o desenvolvimento. Os sintomas são apresentados por disfunções no cérebro. Embora o conhecimento do diagnóstico de TEA seja considerável, ainda não se consegue chegar a um resultado por marcador biológico, fazendo-se necessária uma avaliação clínica.

Por ser uma tarefa difícil de se realizar, o diagnóstico do TEA precisa ser feito

por uma equipe multidisciplinar capacitada, pois não existe um exame específico para identificá-lo com precisão.

O processo educacional do aluno com TEA

Segundo Carvalho (2006), a educação inclusiva não ocorre por decreto ou modismo, pois é um longo processo. Deve-se levar em conta as diversidades de cada aluno, é preciso criar diferentes formas de mecanismos, que facilitem a interação social, educacional e emocional com seus colegas e professores. A inclusão escolar vai muito além dos espaços físicos da escola e deve valorizar as diversas culturas encontradas em cada aluno. A escola deve se responsabilizar em criar um espaço para a efetiva inclusão.

O modelo de Educação para alunos com necessidades educacionais especiais foi por muito tempo um modelo de segregação, no qual eles eram separados dos alunos ditos normais. Nas últimas décadas, essa educação tem se voltado para uma educação inclusiva. Foi a partir da década 1990, com a Declaração de Salamanca, que crianças e jovens com necessidades educacionais especiais tiveram a oportunidade de acesso às escolas regulares (GLAT; FERNANDES, 2005).

De acordo com Dutra, Gribosk, Alves e Barbosa (2008), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva assegura e garante a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação e ainda orienta os sistemas de ensino para o acesso ao ensino regular, a participação, a aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados de ensino, e a transversalidade na modalidade da educação especial desde a educação infantil ao ensino superior. Oferece ainda atendimento educacional especializado ao profissional da educação para a inclusão. A família e a comunidade também têm participação na inclusão, de forma que a acessibilidade arquitetônica, o transporte escolar, os mobiliários, as comunicações e informações e articulações intersetorial na implementação das políticas públicas também estão envolvidos.

Segundo Cabral (2014), a inclusão escolar é um assunto que corre em todo o mundo, a partir das leis governamentais, com maior destaque nas últimas décadas. Para os educadores e profissionais da saúde, a inclusão de crianças com TEA ainda é um desafio.

A pessoa com TEA tem os direitos garantidos pela Lei Berenice Piana, no 12.764/2012, que trata da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA. Na educação, essa lei garante: escola, sala de recursos multifuncionais, apoio ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), acompanhante terapêutico/auxiliar especializado, adaptação de material, limites de alunos por sala de aula, programa incluir-ensino superior. A Lei Berenice traz, em seu artigo 7, que, caso o gestor escolar ou a autoridade competente recuse a matrícula da pessoa com TEA ou qualquer deficiência, seja punido com multa de (três) a vinte salários mínimo, e, em caso de reincidência, ocorrerá a perda do cargo (AMARAL, 2016).

De acordo com as alterações de comunicação, linguagem, falta de flexibilidade mental e comportamental que as crianças com TEA apresentam, elas podem ter dificuldades no desenvolvimento escolar refletindo no processo de inclusão. No caso de as necessidades educacionais do aluno com TEA serem consideradas e acolhidas, o sucesso do aluno em ensino aprendizagem pode alcançar o nível universitário e terá como resultado uma qualidade de vida melhor, influenciando positivamente na relação social e inserção no mercado de trabalho consequentemente dando dignidade e respeito à pessoa (AMATO; FERNANDES, 2013; CARVALHO, 2014).

Segundo Bialer (2015), a inserção do indivíduo no ambiente escolar é de extrema importância para seu desenvolvimento cognitivo e social. O lugar que a pessoa com TEA ocupa no ambiente escolar influencia em sua figura social. A educação de qualidade é direito de todos, respeitando assim a diversidade dos educandos. É importante que os profissionais da educação estejam preparados para receber a diversidade de alunos, acolhendo as necessidades educativas de cada um, para que o processo escolar não seja uma dificuldade. A inclusão de crianças com TEA é um tema que traz grandes discussões e, portanto, a necessidade de mais estudos clínicos, pedagógicos e práticos, para uma melhora na qualidade didática e metodológica a ser trabalhada.

Cada pessoa com TEA é única, por isso é importante conhecer cada aluno e seu quadro clínico, com sua individualidade. As metodologias pedagógicas traçadas para alunos com TEA depende dessa análise e do conhecimento acerca do aluno (FIORINI, 2017).

O Impacto do TEA na família

Existem várias formas de um contato com a notícia de um diagnóstico de um filho, podendo ser até durante a gravidez, após exames no momento do nascimento, ou durante o desenvolvimento dela. No caso do autismo, descobre-se na observação no dia a dia, de forma progressiva e pelo desenvolvimento alterado de alguns comportamentos e processos cognitivos (SERRA, 2010).

O comprometimento nas habilidades de interação social recíproca, nas habilidades de comunicação e comportamento por interesse, em atividades com padrões restritos e repetitivos, leva a uma mudança na rotina da família de uma criança com autismo, pois interrompe suas atividades sociais, interfere no clima emocional no qual se vive (SPROCIERI; ASSUPLÃO, 2001).

De acordo com Nogueira e Rio (2011), diante do diagnóstico de autismo de um filho, toda a família sofre o impacto, alterando a saúde e o bem-estar dos pais. Isso porque, diante das perturbações do filho, deixam de cuidar de si próprios para dedicar-se a ele.

Segundo Assumpção e Sprovieri (2001), quando um indivíduo da família apresenta um diagnóstico de autismo, causa grande impacto no grupo familiar, naturalmente afetando as relações entre os membros da família. Diante das limitações causadas pelo autismo, a família também precisa se adaptar às mudanças na rotina. Assim, o autismo do

filho leva os pais a sentirem emoções equiparadas ao sentimento de luto pela perda do filho saudável pelo filho diagnosticado com autismo.

Para Serra (2010), a criação de instituições e os avanços nas políticas públicas são uma conquista, pois, na concepção dos pais, era muito difícil encontrar lugar na sociedade que pudesse abrigar, tratar e educar seus filhos.

De acordo com a Constituição Brasileira (BRASIL, 1988), o Estado deve assegurar as pessoas com deficiência o atendimento adequado. Contudo, independentemente da proposta pedagógica, o atendimento responsável e consciente não é somente papel da escola, ou seja, a participação da família é importante e indispensável para o desenvolvimento do indivíduo com Autismo. No ato da matrícula de uma criança com autismo, tanto os pais, que têm condições para matricular seu filho em escola particular, quanto os que o fazem na escola pública, enfrentam a mesma dificuldade.

A partir do diagnóstico inesperado da criança com TEA, a família passa por adaptações contínuas, para que as necessidades da criança sejam supridas. A princípio, o diagnóstico pode levar à rejeição de alguns membros da família, sendo necessário um período longo para a adaptação e a volta do equilíbrio familiar. A aceitação e a adaptação pela família e parentes da criança diagnosticada com TEA permitem minimizar o impacto do diagnóstico, solidificando a relação, principalmente entre pais e irmãos (PINTO; TORQUATO; COLET; REICHERT; NETO; SARAIVA, 2016).

METODOLOGIA

Este trabalho objetivou identificar a percepção dos pais de crianças com TEA a respeito da preparação das escolas regulares para receber essas crianças. Para obtermos os resultados, foi feita uma entrevista a dez pais, sendo 1 pai e 3 mães de crianças com TEA matriculados em escolas regulares e na Associação Ubaense de Famílias e Amigos dos Autistas (ALFA) foram entrevistadas 6 mães.

Como forma de abordagem, foi aplicada uma entrevista semiestruturada aos pais. Segundo Santos, (2008) esta baseia-se numa conversa sobre um determinado assunto, sem muita formalidade. Essa forma de abordagem é flexível, atendendo ao entrevistado ou à circunstância. Mesmo que as perguntas sejam elaboradas antecipadamente, no momento da entrevista podem surgir várias outras, permitindo ao entrevistador ou entrevistado adentrar mais no assunto ou confirmar. As perguntas semiestruturadas podem ser planejadas ou surgir durante a entrevista, proporcionando informações importantes e qualitativas.

As questões da entrevista dirigem-se aos pais, em três escolas na rede municipal e na Associação Ubaense de Famílias e Amigos dos Autistas (ALFA), na cidade de Ubá-MG, e abordam questões como materiais adaptados, a qualificação dos profissionais da área, o tratamento adequado no tocante ao transtorno e a interação social das crianças.

Baseando-se nessas informações, pode-se afirmar que, esta pesquisa tem um

caráter qualitativo e exploratório. Para Goldenberg (1997), a pesquisa qualitativa se aprofunda no grupo social. Não se tem um único modelo para todas as ciências, pelo fato de que as ciências sociais têm suas particularidades, de forma que sua metodologia seja de caráter próprio. O pesquisador que opta pela pesquisa qualitativa não pode deixar que suas crenças e opiniões influenciem na sua pesquisa.

A pesquisa qualitativa tem seu enfoque nos aspectos da realidade que não podem ser quantificados, e seu objetivo principal é compreender e explicar a dinâmica das relações sociais. A forma de trabalho da pesquisa qualitativa tem o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, dando um espaço maior entre as relações, entre os processos e fenômenos, que não se diminui em sua forma de operar das variáveis (MINAYO, 2001).

De acordo com Gil (2007), o objetivo da pesquisa exploratória é ter um contato mais íntimo com o problema, tornando-o mais nítido na construção de hipótese. Essa pesquisa, na maioria das vezes, tem um envolvimento com pessoas que têm ou tiveram experiências com o problema pesquisado, levantamento bibliográfico, análise de exemplo que estimulem a compreensão. A pesquisa realizada neste trabalho é qualitativa, porque pretende analisar a percepção dos pais de crianças com autismo, buscando o ponto de vista de cada um; tem ainda um caráter exploratório, porque busca aprofundar o assunto em questão, obter uma nova percepção dele e descobrir novas ideias.

O método utilizado para a pesquisa é a análise de conteúdo, o qual, segundo Campos e Turano (2009), lança mão de dados qualitativos para fazer surgir informações e conhecimentos. Diante do tema em questão, este estudo busca adquirir informações que possam contribuir para a melhoria das condições abordadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O objetivo da inclusão escolar é inserir crianças e adolescentes sem distinção, com variados graus de comprometimentos social e cognitivo no ambiente escolar, diminuindo assim o preconceito e estimulando a socialização e o desenvolvimento de todos os educandos.

De acordo com Selau e Hammes (2009), o acesso ao ensino é direito de todos. A existência de leis que garantem vagas em escolas regulares às crianças com necessidades educacionais especiais é de extrema importância para a efetivação da inclusão, porém elas não asseguram que os educadores saibam auxiliá-las no processo educativo. O educador é peça fundamental, tanto no ensino regular quanto no ensino especial, pois é ele que obtém o conhecimento de técnicas adequadas a todas as necessidades de seus alunos.

Em entrevista, os pais relataram que perceberam o atraso dos filhos entre 1 a 3 anos, alguns começaram a falar, mas retrocederam, não queriam brincar com outras crianças, apresentaram distúrbios alimentares, irritabilidade, distúrbios no sono e não

conseguiram acompanhar o andamento escolar. Alguns pais relataram que, quando a criança foi para a escola, o professor notou que ela estava com dificuldades na interação e na fala.

"Eu percebi o comportamento dela desde os 8 meses, eu achava diferente ela era muito agitada, ansiosa, não dormia a noite, nervosa e não interagia." (Andréa)

"Quando ela entrou no maternal, a professora pediu pra eu leva-la ao neuropediatra, ela não interagiu com os colegas." (Joana)

"Como ele frequentava a escola desde os 7 meses de idade, a escola colaborou para a confirmação do diagnóstico. Após o diagnóstico busquei me informar dos direitos dele." (Laura)

Com relação à escolha da escola, na maioria dos casos, os pais foram orientados pelos profissionais da saúde a matricular seus filhos em escolas regulares, pois o contato com outras crianças ajuda no desenvolvimento verbal, na interação, entre outros benefícios.

"Eu fui orientado pelo médico para colocar meu filho na escola regular; o médico disse que o contato com outras crianças o ajudaria a desenvolver a fala e a interação." (Sebastião)

"Na época, eu o matriculei na escola regular por indicação do médico; ele disse que o ajudaria no desenvolvimento." (Amanda)

Os pais relataram que, no momento da escolha de uma escola para matricular seus filhos, a localização foi um ponto favorável, porque queriam uma escola próxima sua residência. De fato, a localização da escola é um ponto pertinente à maioria das famílias quando vão fazer essa escolha. No caso de crianças com TEA, muitas vezes começam a surgir alguns complicadores neste processo de escolarização, como é o caso do diagnóstico. É comum a escola exigir um laudo aos pais para poderem inserir a criança.

"Através da observação dos professores, estes orientaram os pais que precisavam de um diagnóstico preciso a respeito do transtorno." (Sem identificação)

"Fui orientado pela professora para o levar ao médico especialista porque ele estava com dificuldade no aprendizado. Ele precisava de uma mediadora, e só conseguiria com o laudo médico." (Sebastião)

Foi questionado aos pais se eles tinham conhecimento da Lei nº 12.764- Berenice Piana, a qual garante o acesso dos alunos com TEA às escolas regulares. Segundo eles, a princípio não tinham conhecimento e só procuraram seus direitos quando tiveram o diagnóstico do médico.

De acordo com Moreira (2017), deve ser disponibilizado um professor de apoio

a educandos diagnosticados com necessidades educacionais especiais, visando à acessibilidade e à atenção aos cuidados pessoais de alimentação, higiene e locomoção. Com o diagnóstico médico, de acordo com os pais entrevistados, todas as escolas comunicaram aos pais que a criança teria um professor de apoio. A professora de apoio municipal no caso era uma estagiária. Houve queixa da parte de mães, porque aconteceram trocas constantes de estagiária não levando em consideração o afeto que a criança constrói ao conviver com o educando no dia a dia. De acordo com Mello e Rúbio (2013), a afetividade tem um papel importantíssimo nas relações, influenciando diretamente na percepção, sentimento, memória, autoestima, pensamento, vontade e as ações, sendo assim, se torna essencial para a harmonia e o equilíbrio da personalidade humana.

“Com o diagnóstico de TEA do meu filho, disponibilizaram uma estagiária para o acompanhar, que por sinal trocaram de estagiária 3 vezes em um ano.” (Ana)

“Quem acompanha meu filho é uma estagiária, sempre trocam as estagiárias. As vezes a criança começa a acostumar com uma pessoa e de repente eles trocam.” (Amanda)

De acordo com Paulo, Fritas e Pinho (2005) o professor deve estar apto para receber os alunos com autismo e ainda, receber informações específicas, teóricas e práticas para lidar com as situações do dia a dia. Em conversa com os pais, eles relataram que ao receber seus filhos na sala de aula, a professora demonstrou interesse sobre as habilidades e dificuldades da criança.

Segundo Fialho (2017) o processo de aprendizagem de cada indivíduo é único e em alguns casos, os alunos com TEA precisam de adaptações para as atividades escolares. Para isso, é necessário que o pedagogo ou psicopedagogo da equipe de intervenção avalie em que nível se encontra o aluno, se o professor dará andamento com o mesmo currículo da turma tirando alguns conteúdos e exigindo menos do aluno ou o aluno necessitará de um currículo totalmente individualizado e semelhante ao da turma. Após a decisão da equipe de apoio a respeito do currículo a ser seguido deve-se providenciar materiais individualizados e se necessário adaptações de materiais. A maioria dos pais entrevistados relataram que seu filho não precisou de adaptações, pelo grau do transtorno do autismo ser leve.

“Ela não precisou de adaptações, ele tem autismo leve. Ela tem acompanhamento no CAEE, e isso o ajuda muito.” (Ana)

“Meu filho não precisa de adaptações porque o autismo dele é leve, a única coisa que ele faz diferente são as provas na biblioteca.” (Laura)

Segundo Braga (2017), a equipe pedagógica é essencial para o bom funcionamento da escola, pois é responsável por engajar e integrar a escola conjuntamente com a comunidade, permitindo com que todos participem do processo de educação,

diagnosticando os problemas e trabalhando para a melhoria do ensino. Quando questionados a respeito de serem convidados pela equipe pedagógica para discutirem sobre habilidades, competências e dificuldades de seus filhos, os pais responderam “raramente” ou “somente uma vez”, e informaram ainda que a maior parte dos encontros ocorreu por iniciativa deles.

De acordo Souza (2017), a criança com autismo tem direito a um currículo individualizado, que atenda suas condições peculiares, chamado de Plano de Desenvolvimento Individualizado (PDI). Essa ferramenta permite acompanhar o ensino aprendizagem do aluno no contexto inclusivo, caminhando junto com os livros didáticos, os planejamentos e as reflexões do professor. O PDI permite que o professor avalie a criança com autismo no que foi proposto exclusivamente para ela e está presente nas reuniões pedagógicas e conselho de classe. A respeito do PDI para as crianças com autismo, alguns pais disseram que a professora, conjuntamente com a estagiária de apoio, é a responsável por sua elaboração, enquanto outros pais apontaram a participação da psicopedagoga. Houve ainda alguns pais que disseram que não foi elaborado o plano individual.

“Faço acompanhamento com a psicopedagoga, ela faz um plano elaborado para a escola, o (PDI) Plano de Desenvolvimento Individual.” (Jaqueline)

“Sim, juntamente com a estagiária. Porém muito vago e carente de informações e conteúdo.” (Laura)

“Não, não foi elaborado o plano individual.” (Maria)

O papel da escola e da família no processo de aprendizagem das crianças com necessidades educacionais especiais é muito importante e deve assegurar que a aprendizagem dos alunos aconteça de forma ética, democrática e cidadã. E para que a parceria entre família e escola possa acontecer de forma efetiva, cabe aos professores dar o primeiro passo (SERRA, 2010). Foi questionado aos pais a respeito do trabalho oferecido pela escola conjuntamente com os pais sobre inclusão. A maioria respondeu que sim, mas acrescentou que é um trabalho muito vago e que são poucas as informações a respeito do assunto:

“Às vezes a escola me passa algumas informações pessoalmente.” (Sebastião)

“Sim, mas não esclarecem muito, é muito superficial.” (Ana)

Para finalizar, os pais deram sugestões para que a inclusão de pessoas com TEA seja efetiva. Todos os pais mencionaram a questão do respeito, e, na opinião deles, a inclusão e os direitos dos alunos com TEA não são respeitados. Falaram ainda sobre a questão dos materiais pedagógicos e adaptações, que precisam ser mais bem elaborados, sobre a necessidade de capacitar os professores de apoio e ainda a necessidade de as escolas abraçarem a inclusão e não somente oferecer espaço físico aos alunos.

Na minha opinião os direitos não são respeitados, já tive problemas e tive que reivindicar. É muito difícil e triste ver que a inclusão não funciona na prática, só fica na teoria. (Jaqueline)

Sugiro que para uma educação de qualidade é preciso investimento financeiro para a adequação da escola, dos profissionais de educação e exigência de profissionais que sejam graduados em educação especial para lecionar e apoiar esses alunos. (Ana)

Diante das informações colhidas, pode-se dizer que o transtorno do espectro autista, na maioria das vezes, foi diagnosticado em crianças bem pequenas. Os pais entrevistados são presentes na vida escolar de seus filhos e os acompanham nas necessidades encontradas no dia a dia escolar. A inclusão é um tema que ainda precisa percorrer um longo caminho de amadurecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente o TEA é um assunto muito discutido, devido ao grande número de crianças diagnosticadas com autismo. A inclusão dessas crianças em escolas regulares é um desafio para os educadores, porque não basta oferecer espaço físico, mas é necessário criar um espaço que permita a verdadeira inserção de todas as crianças, seja no aspecto metodológico, no relacional ou no curricular.

O objetivo desta pesquisa foi buscar a opinião dos pais das crianças diagnosticadas com TEA sobre a preparação das escolas regulares para receber seus filhos. A pesquisa abordou os aspectos de adaptação de materiais, implementação das políticas públicas, escolha da escola, professor de apoio, interação da criança e dificuldades enfrentadas.

Com os dados colhidos nas entrevistas, pode-se dizer que as escolas se encontram despreparadas para receber os alunos com TEA. Ainda falta muito para que a inclusão desses alunos seja realmente efetiva. Muitas vezes os professores recebem os alunos com TEA, sem nenhuma orientação sobre os procedimentos acerca das necessidades do aluno. As escolas precisam abraçar a inclusão de forma que trabalhem com todos os pais a respeito do acolhimento das crianças com necessidades educacionais especiais e trabalhar a diversidade e o respeito às diferenças. Quanto aos educadores, é necessário que estejam qualificados e preparados para trabalhar com os alunos com TEA; e ainda que tenham acesso a materiais de adaptação e espaços físicos que atendam às necessidades de cada aluno.

Conclui-se, portanto, que, para que a inclusão aconteça, é necessário que a família, a escola e a sociedade tenham orientação em relação ao autismo e trabalhem juntas, com o mesmo objetivo e o respeito à singularidade de cada criança. Compartilhar da convivência da criança com autismo na escola regular a partir da inclusão permite os contatos sociais que favorecem não só seu desenvolvimento, mas de todas as crianças. A oportunidade de interação e a orientação dos professores a respeito do autismo são

direito de toda criança

Cada criança tem sua individualidade e necessidades, que muitas vezes não são atendidas pela falta de preparação dos profissionais e de conhecimento do transtorno pelos outros alunos.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Carlos Eduardo Rios do. Lei nº 12.764: Direitos da pessoa com transtorno do espectro autista. 2016. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/48333/lei-n-12-764-2012-direitos-da-pessoa-com-transtorno-do-espectro-autista>. Acesso em: 20 abr. 2019.

ARAUJO, Alberto David. A proteção das pessoas com deficiência na Constituição Federal de 1988: a necessária implementação dos princípios constitucionais. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/volume-v-constituicao-de-1988-o-brasil-20-anos-depois-os-cidadaos-na-carta-cidada/idoso-pessoa-com-deficiencia-crianca-e-adolescente-a-protecao-das-pessoas-com-deficiencia-na-cf-de-88-a-necessaria-implementacao-dos-principios-constitucionais>. Acesso em: 22 abr. 2019.

BIALER, Marina. A inclusão escolar nas autobiografias de autistas. Revista Quadrimestral da Associação Brasileira Escolar e Educacional, São Paulo, v. 19, n. 3, 2015.

BRITES, Clay. O que é autismo ou transtorno do espectro autista (TEA)? 2016. Disponível em: <http://entendendoautismo.com.br/artigo/o-que-e-autismo-ou-transtorno-do-espectro-autista-tea/>. Acesso em: 15 abr. 2019.

BOSA, Cleonice; BAPTISTA, Claudio Roberto. Autismo e educação: atuais desafios. Reflexões e proposta de intervenção, 2002. Artigo. Disponível em: http://srvd.grupoa.com.br/uploads/imagens/Extra/legado/B/BAPTISTA_Claudio_Roberto/Autismo_Educacao/Lib/Amostra.pdf. Acesso em: 15 abr. 2019.

BRAGA, Ana Regina Caminha. O papel da equipe pedagógica no âmbito escolar. Segs. Disponível em: cursos.novaescola.org.br/cursos. Acesso em: 23 ago. 2019.

CABRAL, Cristiane Soares. Relação família escola no contexto da inclusão escolar de crianças com transtorno do espectro autista. 2014. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4666>. Acesso em: 22 abr. 2019.

CAMARGO, Sígla Pimentel Hoher; BOSA, Cleonice Alves. Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura. 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3093/309326582008.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2019.

CAMPOS, Claudinei José Gomes; TURATO, Egberto Ribeiro. Análise de conteúdo em pesquisas que utilizam metodologia clínico-qualitativa: aplicação e perspectivas, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rlae/v17n2/pt_19.pdf. Acesso em: 08 maio 2019.

CARVALHO, Rosita Edlr. Educação inclusiva: com os pingos nos 'is'. Porto Alegre: Ed. Meditação, 2006.

DORIA, Neda Gabriela D. Morilho; MARINHO, Thiago Santana; PEREIRA FILHO, Ueliton da Silva. O autismo no foco psicanalítico. 2006. Artigo. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0311.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2019.

DUTRA, Claudia Pereira; GRIBOSK, Claudia Mafini, ALVES, Denise Oliveira; BARBOSA, Catia Aparecida Marangon. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. MEC/SEESP, 2008. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/ed_especial/politica_

nacional_educacao_especial_perspectiva_educacao_inclusiva.pdf. Acesso em: 20 abr. 2019.

FERNANDES, Fernanda Dreux Miranda; AMATO, Cibelle Albuquerque de La Higuera. Análise do comportamento aplicada e distúrbio do espectro do autismo: revisão de literatura. 2013. Disponível em: <http://observatorio.fm.usp.br/handle/OPI/5676>. Acesso em: 15 abr. 2019.

FIALHO, Juliana. Autismo e inclusão escolar: a adaptação de material. psicologia e análise do comportamento. 2017. Disponível em: <https://www.comportese.com/2017/11/autismo-e-inclusao-escolar-adaptacao-de-material>. Acesso em: 23 ago. 2019.

FLORINI, Bianca Sampaio. O aluno com transtorno do espectro do autismo na educação infantil: caracterização da rotina escolar. 2017. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/150463>. Acesso em: 9 mar. 2019.

FOMBONNE, ERIC; BENNETT, Andrew; HEYWOOD, DIANE Mclean. Transtornos globais do desenvolvimento em Montreal, Quebec, Canadá: prevalência de links com imunizações. 2006. Disponível em: <https://pediatrics.aappublications.org/content/118/1/e139>. Acesso em: 22 abr. 2019.

GADIA, Carlos A; TUCHMAN, Roberto; ROTTA, Newra T. Autismo e doenças invasivas do desenvolvimento. *Jornal da Pediatria*, v. 80, n. 2, 2004.

GIL, A. C. Como elaborar projeto de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2007. Disponível em: http://ccvap.futuro.usp.br/noticiasfiles/08.04.2014_MarielleMoraes_Resenha.pdf. Acesso em: 23 ago. 2019.

GLAT, Rosana; FERNANDES, Edicléa Mascarenhas. Da educação segregada a educação inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação especial brasileira. *Revista Inclusão*, n. 1, 2005, MEC/SEESP.

GOLDENBERG, Mirian. Arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais.: Rio de Janeiro: Editora Record, 2011.

HOJAT, Maryam. A eficácia do modelo de tratamento multidimensional holístico (HMTM) no tratamento de crianças com transtorno do espectro autista (ASD). 2014. Disponível em: http://ijp.mums.ac.ir/article_3945_0.htmlhttp://ijp.mums.ac.ir/article_2459_0.html. Acesso em: 22 abr. 2019.

MARI, Jair de Jesus. História do autismo. 2014. Instituto Pensi. Disponível em: <https://autismo.institutopensi.org.br/informe-se/sobre-o-autismo/historia-do-autismo>. Acesso em: 22 abr. 2019.

MARQUES, Mario Henriques; DIXE, Maria dos Anjos Rodrigues. Crianças e jovens autistas: impacto na dinâmica familiar e pessoal de seus pais, v. 38, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-60832011000200005&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 09 mar. 2019.

MELLO, Tágides; RUBIO, Juliana de Alcântara Silveira. A importância da afetividade na relação professor/aluno no processo de ensino/aprendizagem na educação infantil. *Revista Eletrônica Saberes da Educação*, 2013. Disponível em: <http://docs.uninove.br/arte/fac/publicacoes/pdf/v4-n1-2013/Tagides.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa social. Teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes. 2001. Disponível em: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo__2001.pdf. Acesso em: 23 ago. 2019.

MOREIRA, Camila. Profissional de apoio para aluno com autismo na rede pública de ensino. Jusbrasil, 2017. Disponível em: <https://cmoreira2.jusbrasil.com.br/artigos/483648873/profissional-de-apoio-para-aluno-com-autismo-na-rede-publica-de-ensino>. Acesso em: 23 ago. 2019

NOGUEIRA, Maria Assunção Almeida; RIO, Susana Carolina Moreira Martins do. A família com criança autista: apoio de enfermagem, 2011. Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1647-21602011000100003. Acesso em: 22 abr. 2019.

PETERSEN, C. S; WAINER, R. Terapias cognitivo-comportamentais para crianças e adolescentes. Porto Alegre: Artmed, 2011. Disponível em: <http://terapiacognitivapelotas.com.br/terapia-cognitivo-comportamental-para-criancas-e-adolescentes/>. Acesso em: 22 ago. 2019.

PINHO, Solange Tavares Rubim et al. História da psiquiatria: contribuições para a história da psiquiatria. 2007. Disponível em: <http://www.polbr.med.br/ano07/wal0907.php>. Acesso em: 20 abr. 2019.

PINTO, Rayssa Naftaly Muniz; TORQUATO, Isolda Maria Barros; COLLET, Neuza; REICHERT, Altamira Pereira da Silva; NETO, Vinicius Lino de Souza; SARAIVA, Alynne Mendonça. Autismo infantil: impacto do diagnóstico e repercussões nas relações familiares. Revista Gaúcha de Enfermagem, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rgenf/v37n3/0102-6933-rgenf-1983-144720160361572.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2019.

SANTOS, Mario. Características da entrevista semi-estruturada. Webfolio de Investigação Educacional, 2008. Disponível em: <http://mariosantos700904.blogspot.com/2008/05/caractersticas-da-entrevista-semi.html?m=1>. Acesso em: 8 maio 2019.

SCHMIDT, Carlo; BOSA, Cleonice. A investigação do impacto do autismo na família: revisão crítica da literatura e proposta de um novo modelo. 2003. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/3229/2591>. Acesso em: 22 abr. 2019.

SELAU, Bento; HAMMES, J Lúcio. Educação inclusiva e educação para paz. Disponível em: https://www.academia.edu/4203303/Educa%C3%A7%C3%A3o_Inclusiva_e_Educa%C3%A7%C3%A3o_para_a_Paz. Acesso em: 22 ago. 2019.

SERRA, Dayse. Autismo, família e inclusão. Artigo, 2010. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/viewArticle/2693>. Acesso em: 22 abr. 2019.

SPROVIERI, Maria Helena S.; ASSUMPÇÃO JR, Francisco B. Dinâmica familiar de crianças autistas. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/anp/v59n2A/a16v592a.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2019.

SILVA, Micheli; MULICK, James A. Diagnosticando o transtorno autista: aspectos fundamentais e considerações práticas. Psicologia, Ciências e Profissão, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141498932009000100010&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 20 abr. 2019.

SOUZA, Zilanda. O plano de desenvolvimento escolar das crianças com autismo. Acesse. Disponível em: <https://www.portalacesse.com/2017/11/13/o-plano-de-desenvolvimento-escolar-das-criancas-com-autismo/>. Acesso em: 23 ago. 2019.

STELZER, Fernando Gustavo. Uma pequena história do autismo. Caderno Panorama do Autismo, 2010. Disponível em: <https://docplayer.com.br/6834601-Uma-pequena-historia-do-autismo.html>. Acesso em: 20 abr. 2019.